

Tibagi Energia SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, ao Conselho e à Administração da
Tibagi Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 3.3 às demonstrações financeiras da Companhia, que demonstra reapresentação relacionada à reclassificação de saldo do ativo circulante para o ativo não circulante. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 1º de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

A. B. Oliveira
Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2022			31/12/2023		
		(reapresentado) (Nota 3.3)	01/01/2022 (reapresentado) (Nota 3.3)	31/12/2022 (reapresentado) (Nota 3.3)	01/01/2022 (reapresentado) (Nota 3.3)		
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.809	4.184	6.973			
Aplicações financeiras	7	32.822	34.779	30.931			
Contas a receber de clientes	8	7.832	6.956	6.179			
Impostos a recuperar		84	206	769			
Despesas antecipadas		685	658	538			
Outros ativos circulantes		931	183	-			
Total dos ativos circulantes		46.163	46.966	45.390			
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Depósito em garantia	9	12.980	13.356	11.457			
Depósito judicial		18	15	-			
Imobilizado	10	192.118	196.222	201.886			
Intangível	11	2.179	3.069	3.634			
Total dos ativos não circulantes		207.295	212.662	216.977			
TOTAL DOS ATIVOS		253.458	259.628	262.367			
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	12	1.661	4.202	3.788			
Debêntures	13	17.054	17.038	15.574			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		143	218	-			
Impostos, contribuições e taxas a recolher		943	937	1.053			
Dividendos a pagar		885	1.995	1.747			
Provisões para compromissos futuros	14	986	1.946	3.938			
Outros passivos		658	768	1.296			
Total dos passivos circulantes		22.330	27.104	27.396			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures	13	219.622	220.292	218.429			
Outros passivos		383	-	1.041			
Total dos passivos não circulantes		220.005	220.292	219.470			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	16 (a)	4.000	11.752	19.752			
Reserva de lucros	16 (b)	7.123	480	1.153			
Prejuízos acumulados		-	-	(5.404)			
Total do patrimônio líquido		11.123	12.232	15.501			
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		253.458	259.628	262.367			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	17	51.963	51.515
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	10, 11 e 18	(6.270)	(5.300)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		(4.524)	(4.276)
Custos com pessoal		(1.342)	(2.082)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)		(1.157)	(1.120)
Custos com seguros		(871)	(736)
Custos com manutenção		(582)	(721)
Custos com operação		(296)	(389)
Custos com meio ambiente		(85)	(222)
Custos com Energia Comprada Para Revenda		(77)	(294)
Outros custos		(44)	(41)
Taxas setoriais		(17)	(16)
	18	(15.265)	(15.197)
LUCRO BRUTO		36.698	36.318
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(1.610)	(1.230)
Despesas administrativas e gerais		(146)	(774)
Despesas com serviços de terceiros		(474)	(893)
Despesas com depreciação e amortização		(301)	(317)
Outras despesas operacionais		-	(840)
	18	(2.531)	(4.054)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		34.167	32.264
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	19	(24.625)	(27.678)
Receitas financeiras	19	5.752	5.786
		(18.873)	(21.892)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.294	10.372
Corrente	20	(3.656)	(3.646)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		11.638	6.726
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	23	0,256	0,138
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	23	0,844	0,659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.638	6.726
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>11.638</u>	<u>6.726</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucro/Prejuízo acumulado	Total
				Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		19.752	1.153	-	-	(5.404)	15.501
Redução de capital	16 (a)	(8.000)	-	-	-	-	(8.000)
Compensação de prejuízo acumulado com saldo de reserva de capital	16 (a)		(1.153)			1.153	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	6.726	6.726
Destinações:							
Reserva legal		-	-	124	-	(124)	-
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas	16 (b)	-	-	-	-	(1.407)	(1.407)
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (25%)	16 (b)	-	-	-	-	(588)	(588)
Dividendos propostos adicional	16 (b)	-	-	-	356	(356)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		11.752	-	124	356	-	12.232
Redução de capital	16 (a)	(7.752)	-	-	-	-	(7.752)
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2022	16 (a)	-	-	-	(356)	-	(356)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	11.638	11.638
Destinações:							
Reserva legal		-	-	582	-	(582)	-
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas	16 (b)	-	-	-	-	(1.802)	(1.802)
Dividendos declarado imputado ao mínimo obrigatório (25%)	16 (b)	-	-	-	-	(2.314)	(2.314)
Dividendos declarados adicional		-	-	-	-	(523)	(523)
Dividendos propostos adicional	16 (b)	-	-	-	6.417	(6.417)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		4.000	-	706	6.417	-	11.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.294	10.372
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		(3)	-
Rendimentos de aplicações financeiras		(5.664)	(4.784)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	14	268	592
Atualização financeira sobre P&D		22	-
Depreciação e amortização	10, 11 e 18	6.571	5.617
Encargos financeiros sobre debêntures	13	23.434	26.173
Baixa do imobilizado e intangível		398	954
Apropriação do custo de transação de debêntures	13	641	639
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	8	(876)	(777)
Impostos a recuperar		995	563
Despesas antecipadas		(27)	(120)
Outros ativos		(748)	-
Fornecedores	12	(147)	334
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(75)	218
Impostos, contribuições e taxas a recolher		(1.731)	(406)
Provisão de férias e 13º salário		44	(89)
Pagamento compromissos futuros	14	(1.085)	(2.967)
Outras contas a pagar		207	(439)
Caixa gerado nas operações		37.518	35.880
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Juros pagos sobre debêntures	13	(12.618)	(12.705)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(2.792)	(2.862)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.108	20.313
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10, 11 e 24	(4.512)	(1.612)
Aplicações financeiras		7.997	(963)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		3.485	(2.575)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	16	(7.752)	(8.000)
Pagamento de principal de debêntures	13	(12.111)	(10.780)
Pagamento de dividendos	16	(6.105)	(1.747)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(25.968)	(20.527)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(375)	(2.789)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	4.184	6.973
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	3.809	4.184
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(375)	(2.789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia” ou “Tibagi”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, tem por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação e a manutenção de Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia do Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná (“UHE Tibagi Montante”), bem como a geração e a comercialização de energia elétrica. Sua sede administrativa está localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e sua filial na cidade de Tibagi, Estado do Paraná.

Para explorar o potencial da UHE Tibagi Montante como produtora independente de energia elétrica, a Companhia obteve a autorização do Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio da Portaria nº 486/2015, pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada por trinta anos nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A Companhia iniciou sua operação comercial no ano de 2019, tendo a primeira unidade geradora sido autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 5 de outubro de 2019, a segunda em 14 de novembro de 2019 e a terceira em 6 de dezembro de 2019, por meio dos despachos de nº 2750/2019, 3174/2019 e 3401/2019, respectivamente.

Para comercialização da energia gerada, a Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). O CCEAR é o contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), como resultado da participação nos leilões de energia elétrica organizados para os empreendimentos de geração de energia já existentes e novos empreendimentos.

No ano de 2015, no âmbito do Leilão nº 04/2015, a Companhia firmou CCEARs, na modalidade de quantidade de energia, no montante de 19 MW médios, cujo suprimento da energia teve início em 1º de janeiro de 2020. O preço de venda da energia contratada no leilão foi de R\$209,50/MWh referenciado ao mês abril de 2015, anualmente atualizado pelo IPCA, tendo como referência o mês de janeiro de cada ano.

Já no ano de 2019, antes do início da operação comercial, 1,2 MW médios adicionais foram comercializados no ACR no Leilão nº 04/2019, com início de suprimento em janeiro de 2025, ao preço de R\$157,08MWh, com data-base de outubro de 2019, atualizado anualmente pelo IPCA, sempre no mês de janeiro de cada ano.

Até o início de suprimento do Leilão nº 04/2019, o montante descontratado vem sendo comercializado no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) por meio de contratos “ex-ante” e “ex-post” no Mercado de Curto Prazo (“MCP”). De janeiro a dezembro de 2023 foram firmados 14 (quatorze) Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre (“CCEAL”).

A Companhia repactuou o risco hidrológico na modalidade SP100, para o volume de 19MW médios, anuído pela ANEEL nos termos do Despacho nº 3256/2019 e, como consequência, em janeiro do ano de 2020, iniciou o pagamento do respectivo prêmio de repactuação do risco hidrológico, no valor de R\$21,41/MWh, referenciado ao mês de janeiro de 2019 (“Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico”), anualmente atualizado pela variação do IPCA. Para o ano de 2023, o valor vigente é de R\$27,18/MWh.

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	<p>CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.</p> <p>A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.</p> <p>O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).</p>
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	<p>As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.</p> <p>Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	<p>As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.</p> <p>Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12</p> <p>Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>
Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois	<p>O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras.</p> <p>As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois.</p> <p>Após as alterações, o grupo é obrigado a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois.</p> <p>Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	<p>As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.</p> <p>Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Reapresentação das demonstrações financeiras

Após a autorização para emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 1º de dezembro de 2022, a Companhia efetuou determinadas reclassificações naquelas demonstrações financeiras, em decorrência da reapresentação relacionada a reclassificação de depósitos em garantia do ativo circulante para o ativo não circulante, originalmente apresentada na rubrica de Aplicações Financeiras e reclassificado para a rubrica de Depósitos em Garantia, e procedeu à reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 1º de dezembro de 2022, em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros (equivalente a norma internacional IAS 8 – “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Erros” e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Os efeitos nos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 1º de dezembro de 2022 são apresentados no quadro a seguir:

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2022			01/01/2022		
		Originalmente apresentado	Reclassificações	(Reapresentado)	Originalmente apresentado	Reclassificações	(Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.184	-	4.184	6.973	-	6.973
Aplicações financeiras	7	48.135	(13.356)	34.779	42.388	(11.457)	30.931
Contas a receber de clientes	8	6.956	-	6.956	6.179	-	6.179
Impostos a recuperar		206	-	206	769	-	769
Despesas antecipadas		658	-	658	538	-	538
Outros ativos circulantes		183	-	183	-	-	-
Total dos ativos circulantes		<u>60.322</u>	<u>(13.356)</u>	<u>46.966</u>	<u>56.847</u>	<u>(11.457)</u>	<u>45.390</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Depósito em garantia	9	-	13.356	13.356	-	11.457	11.457
Depósito judicial		15	-	15	-	-	-
Imobilizado	10	196.222	-	196.222	201.886	-	201.886
Intangível	11	3.069	-	3.069	3.634	-	3.634
Total dos ativos não circulantes		<u>199.306</u>	<u>13.356</u>	<u>212.622</u>	<u>217.486</u>	<u>11.457</u>	<u>216.977</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>259.628</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>259.628</u></u>	<u><u>275.377</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>262.367</u></u>

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

4.2.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.2.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.2.2.1. Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras da Companhia (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras da Companhia.

4.2.3. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.3. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.4. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da UHE Tibagi Montante, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam da vida útil destes ativos.

Para os móveis e utensílios, computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada ao final desta vigência pelo prazo de trinta anos adicionais, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCPSE da ANEEL, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, na Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, restando claro que está facultada à Companhia, a prorrogação do prazo de outorga por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Portanto, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que a UHE Tibagi Montante possui vida útil superior ao prazo da outorga vigente, que, por sua vez, será renovada por período de 30 anos, mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

4.5. Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 11, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

4.6. Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 14).

4.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.9. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

4.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social foram calculados com base no lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

4.12. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

4.13. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.14. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 35 anos, serão renovadas por período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação, reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	22	29
Aplicações financeiras	<u>3.787</u>	<u>4.155</u>
Total	<u><u>3.809</u></u>	<u><u>4.184</u></u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB junto ao Banco Itaú Unibanco e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado entre 97% a 101,50 % (101,50% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Do valor total registrado sob a rubrica de “Aplicações Financeiras”, o montante de R\$937 (R\$958 em 31 dezembro de 2022) é proveniente da Conta O&M – Livre Movimento, conta corrente de livre movimento de titularidade da Companhia mantida junto ao Santander e atrelada à primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição realizada pela Companhia (“Emissão de Debêntures” e “Debêntures”, respectivamente), na qual deverão ser mantidos depositados, ao final de cada trimestre civil, recursos equivalentes a, no mínimo, 3 (três) vezes o gasto médio mensal efetivamente desembolsado nos últimos 3 (três) exercícios sociais mais recentes, atualizados monetariamente pela variação acumulada do IPCA, para fazer frente às atividades de operação e manutenção da UHE Tibagi Montante.

Sendo assim, tendo como base o disposto no contrato de Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo), a Companhia poderá dispor livremente dos valores disponíveis na Conta O&M – Livre Movimento, desde que a conta esteja devidamente preenchida ao final de cada trimestre.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Aplicações financeiras vinculadas (a)	12.420	13.629
Fundos de investimentos (b)	20.402	21.150
Total	<u>32.822</u>	<u>34.779</u>

- a) As aplicações financeiras vinculadas são aquelas relativas às contas vinculadas à Emissão de Debêntures, conforme apresentado no detalhamento abaixo. Para movimentar tais aplicações, a Companhia precisa da autorização do Agente Fiduciário. Esses investimentos consistem em aplicações em CDB, remunerados à taxa de mercado entre 97 e 99% do CDI (97% a 99% em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Conta Centralizadora (i)	327	1.240
Conta Provisão (ii)	12.093	12.389
Total	<u>12.420</u>	<u>13.629</u>

- (i) Conta Centralizadora: Conta transitória, para a qual são direcionados todos os recebíveis da Companhia cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, conforme previsto nos contratos relacionados à Emissão de Debêntures.
- (ii) Conta Provisão: É composta pelos recursos provisionados para pagamento da próxima parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos juros remuneratórios e outros valores e encargos relacionados às Debêntures, conforme disposto na Escritura de Emissão das Debêntures. Para tanto, o Agente Fiduciário orienta o Banco Administrador a reter, mensalmente, o valor correspondente a, no máximo, 1/6 (um sexto) do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida, que representa o somatório dos juros remuneratórios e da parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures projetados para a próxima data de amortização das Debêntures (“Saldo Mínimo do Serviço da Dívida”), a ser deduzida dos recursos depositados na Conta Centralizadora.

- b) Os Fundos de investimentos referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Itaú e são remuneradas a taxas de mercado a 40% a 105 % do CDI (107,03 a 116,87% em 31 de dezembro de 2022). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cientes Energia Elétrica Faturada	3.045	1.704
Cientes Energia Elétrica a Faturar	<u>4.787</u>	<u>5.252</u>
Total	<u>7.832</u>	<u>6.956</u>

<u>Contas a receber por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	7.674	6.477
Vencidos:		
Até 30 dias (a)	<u>158</u>	<u>479</u>
Total	<u>7.832</u>	<u>6.956</u>

- a) A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base (i) nas características dos CCEARs, regulados e fiscalizados pela ANEEL e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), bem como (ii) na sistemática das vendas de energia no Ambiente Livre, que estabelece o recebimento anterior ao registro da energia em favor do comprador, e (iii) na sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber.

9. DEPÓSITO EM GARANTIA

A Conta Reserva é composta pelo somatório do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida e do Depósito Complementar ICSD (caso necessário, a Companhia poderá depositar na Conta Reserva o montante complementar para atingir o ICSD de 1,20x, que será retido na conta até que deixe de ser necessário para o atendimento do ICSD) ("Saldo Mínimo da Conta Reserva").

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
Conta Reserva	<u>12.980</u>	<u>13.356</u>
	<u>12.980</u>	<u>13.356</u>

O saldo da Conta Reserva é aplicado em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Santander e são remuneradas a taxas de mercado a 97% a 99% do CDI (97% a 99% em 31 de dezembro de 2022). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

10. IMOBILIZADO

<u>Composição do imobilizado</u>	<u>Taxa média de depreciação % a.a.</u>	<u>Custo Histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Terrenos	1,64%	12.437	(841)	11.596	12.365	
Turbina Hidráulica	2,50%	34.506	(3.271)	31.235	30.911	
Geradores	3,33%	11.993	(1.614)	10.379	10.778	
Comporta	3,33%	6.751	(956)	5.795	6.022	
Estrutura de tensão	3,51%	540	(82)	458	477	
Casa de força produção hidráulica	3,33%	23.453	(1.943)	21.511	21.849	
Reservatório, barragem, adutora	2%	94.613	(7.857)	86.756	87.664	
Outras máquinas e equipamentos	3,75%	18.056	(2.836)	15.220	15.845	
Estoque de peças sobressalentes		1.335	-	1.335	1.448	
Provisão para gastos socioambientais	-	76	-	75	804	
Custos de empréstimos capitalizados	3,33%	9.042	(1.284)	7.758	8.059	
		<u>212.802</u>	<u>(20.684)</u>	<u>192.118</u>	<u>196.222</u>	
<u>Movimentação do imobilizado</u>		<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo:						
Terrenos		12.365	72	-	-	12.437
Turbina hidráulica		33.337	1.081	-	88	34.506
Gerador		11.993	-	-	-	11.993
Comporta		6.753	-	(2)	-	6.751
Estrutura de tensão		540	-	-	-	540
Casa de força produção hidráulica		23.324	129	-	-	23.453
Reservatório, barragem, adutora		93.642	642	(249)	578	94.613
Outras máquinas e equipamentos		17.984	84	(12)	-	18.056
Imobilizado em curso		1.448	110	(135)	(88)	1.335
Custos de empréstimos capitalizados		9.042	-	-	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais		803	-	(149)	(578)	76
Total		<u>211.231</u>	<u>2.118</u>	<u>(547)</u>	<u>-</u>	<u>212.802</u>
(-) Depreciação:						
Terrenos (*)		-	(841)	-	-	(841)
Turbina hidráulica		(2.426)	(845)	-	-	(3.271)
Gerador		(1.215)	(399)	-	-	(1.614)
Comporta		(731)	(225)	-	-	(956)
Estrutura de tensão		(63)	(19)	-	-	(82)
Casa de força produção hidráulica		(1.475)	(468)	-	-	(1.943)
Reservatório, barragem, adutora		(5.977)	(1.880)	-	-	(7.857)
Outras máquinas e equipamentos		(2.139)	(697)	-	-	(2.836)
Custos de empréstimos capitalizados		(983)	(301)	-	-	(1.284)
Outros		-	-	-	-	-
Total		<u>(15.009)</u>	<u>(5.675)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.684)</u>
Imobilizado Líquido		<u>196.222</u>	<u>(3.557)</u>	<u>(547)</u>	<u>-</u>	<u>192.118</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo:					
Terrenos	12.377	297	-	(309)	12.365
Turbina hidráulica	33.337	-	-	-	33.337
Gerador	11.993	-	-	-	11.993
Comporta	6.753	-	-	-	6.753
Estrutura de tensão	5.816	-	-	(5.276)	540
Casa de força produção hidráulica	23.204	120	-	-	23.324
Reservatório, barragem, adutora	86.320	211	-	7.111	93.642
Adiantamento a fornecedores	113	-	(107)	(6)	-
Outras máquinas e equipamentos	15.331	39	-	2.614	17.984
Construções em andamento	27	832	(859)	-	-
Imobilizado em curso	1.212	178	(2)	60	1.448
Custos de empréstimos capitalizados	10.485	-	(1.443)	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	2.502	-	(902)	(797)	803
Outros	3.397	-	-	(3.397)	-
Total	212.867	1.677	(3.313)	-	211.231
(-) Depreciação:					
Turbina hidráulica	(1.593)	(833)	-	-	(2.426)
Gerador	(815)	(400)	-	-	(1.215)
Comporta	(506)	(225)	-	-	(731)
Estrutura de tensão	(432)	(19)	-	388	(63)
Casa de força produção hidráulica	(1.011)	(464)	-	-	(1.475)
Reservatório, barragem, adutora	(3.841)	(1.858)	-	(278)	(5.977)
Outras máquinas e equipamentos	(778)	(691)	-	(670)	(2.139)
Custos de empréstimos capitalizados	(1.445)	(995)	1.457	-	(983)
Outros	(560)	-	-	560	-
Total	(10.981)	(5.485)	1.457	-	(15.009)
Imobilizado Líquido	201.886	(3.808)	(1.856)	-	196.222

(*) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são amortizados de acordo com o período da concessão

Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia avalia o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Servidões	1,64%	492	529
Software	20%	18	33
Medidas compensatórias	10 a 25%	1.669	2.507
		<u>2.179</u>	<u>3.069</u>

(b) Movimentação do intangível

	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo:			
Servidões	529	-	529
Software	75	-	75
Medidas compensatórias	4.613	6	4.619
	<u>5.217</u>	<u>6</u>	<u>5.223</u>
(-) Amortização:			
Software	(42)	(15)	(57)
Servidões (*)	-	(37)	(37)
Medidas compensatórias	(2.106)	(844)	(2.950)
	<u>(2.148)</u>	<u>(896)</u>	<u>(3.044)</u>
Intangível líquido	<u>3.069</u>	<u>(890)</u>	<u>2.179</u>

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo:				
Servidões	529	-	-	529
Software	75	-	-	75
Medidas compensatórias	4.369	844	(600)	4.613
	<u>4.973</u>	<u>844</u>	<u>(600)</u>	<u>5.217</u>
(-) Amortização:				
Software	(27)	(15)	-	(42)
Medidas compensatórias	(1.312)	(794)	-	(2.106)
	<u>(1.339)</u>	<u>(809)</u>	<u>-</u>	<u>(2.148)</u>
Intangível líquido	<u>3.634</u>	<u>35</u>	<u>(600)</u>	<u>3.069</u>

(*) Os ativos intangíveis servidão, são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de materiais e equipamentos	1.611	4.152
Retenções contratuais (a)	<u>50</u>	<u>50</u>
Total	<u>1.661</u>	<u>4.202</u>

- (a) As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da usina conforme contratos firmados entre as partes.

13. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, tendo sido emitidas 210.000 (duzentas e dez mil) debêntures, as quais foram negociadas pelo seu valor nominal de R\$1 mil.

As Debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, sempre nos meses de janeiro e julho de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de julho de 2020 e os últimos se darão em 15 de julho de 2035.

a) Composição das Debêntures

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Último vencimento</u>	<u>Encargos IPCA +</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures	210.000	1,1779	15/07/2035	5,3231%a.a.	244.203	245.497
(-) Custo com transação com debêntures	-	-	-	-	<u>(7.527)</u>	<u>(8.167)</u>
Total	-	-	-	-	<u>236.676</u>	<u>237.330</u>
Circulante	-	-	-	-	17.054	17.038
Não circulante	-	-	-	-	219.622	220.292

b) Movimentação das Debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2021	234.003
Encargos financeiros sobre debêntures	26.173
Apropriação no custo de transação	639
Pagamento de juros	(12.705)
Pagamento de principal	(10.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>237.330</u>
Encargos financeiros sobre debêntures	23.434
Apropriação no custo de transação	641
Pagamento de juros	(12.618)
Pagamento de principal	(12.111)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>236.676</u>

- c) Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2025	12.553
2026	13.853
2027	15.070
2028	16.647
2029	17.642
2030-2035	143.857
Total	<u>219.622</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

As Debêntures emitidas pela Companhia têm como garantias: (i) a alienação fiduciária, pelos acionistas da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, de todas as novas ações que venham a ser emitidas pela Emissora e subscritas ou adquiridas no futuro, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das ações alienadas fiduciariamente; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de sua titularidade (“Cessão Fiduciária”); e (iii) fianças bancárias emitidas por instituições financeiras em favor dos debenturistas (“Garantias da Operação”).

Em 23 de dezembro de 2020, considerando o cumprimento do evento de “Conclusão do Projeto”, atestado pelo Agente Fiduciário, a Companhia obteve a exoneração da fiança bancária junto à instituição financeira.

Além das garantias cedidas, a Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), que incluem, dentre outras, restrições quanto à alteração do tipo societário, mudança do controle acionário, concessão de preferência a outros créditos em detrimento das debêntures, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, que deverá ser apurado anualmente, com período de referência de 12 meses coincidente com o ano civil. O não cumprimento dos *Covenants* e demais disposições contratuais pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou ICSD de 1,64x (1,65x em 31 de dezembro de 2022), superior, portanto, ao índice previsto nas Debêntures de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas nos contratos relativos à Emissão de Debêntures.

14. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS

Para a implantação e operação da UHE Tibagi Montante, a Companhia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no processo de licenciamento ambiental. Em 31 de dezembro de 2023, a composição do saldo segue abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Medidas Compensatórias (a)	527	1.102
Programas Ambientais (b)	<u>459</u>	<u>844</u>
Total	<u>986</u>	<u>1.946</u>
Circulante	986	1.946
Total	986	1.946

(a) Medidas Compensatórias: Compreende gastos com atividades de (i) restauração, consubstanciada no plantio e manutenção das áreas plantadas, e/ou (ii) preservação ambiental desenvolvidas em propriedades do Grupo ou de terceiros, de modo que a primeira refere-se às ações de implantação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) em Áreas de Preservação Permanente (“APP”) e compensações ambientais, enquanto a última reflete as ações em unidades de conservação de terceiros ou da própria Companhia.

(b) Programas Ambientais: Contempla todos os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.

A movimentação do saldo da provisão nos anos de 2023 e 2022 é apresentada nos quadros a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Liquidações</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>31/12/2023</u>
Medidas compensatórias	1.102	-	(149)	(578)	152	527
Programas ambientais	<u>844</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(507)</u>	<u>116</u>	<u>459</u>
Total	<u>1.946</u>	<u>6</u>	<u>(149)</u>	<u>(1.085)</u>	<u>268</u>	<u>986</u>
Passivo circulante	1.946					986

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Liquidações</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>31/12/2022</u>
Compromissos socioambientais	2.502	-	(902)	(796)	298	1.102
Provisão p/ medidas compensatórias	<u>2.477</u>	<u>844</u>	<u>(600)</u>	<u>(2.171)</u>	<u>294</u>	<u>844</u>
Total	<u>4.979</u>	<u>844</u>	<u>(1.502)</u>	<u>(2.967)</u>	<u>592</u>	<u>1.946</u>
Passivo circulante	3.938	-	-	-	-	1.946
Passivo não circulante	1.041	-	-	-	-	-

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui riscos relativo a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Riscos ambientais	5.113	5.113
Total	<u>5.113</u>	<u>5.113</u>

São ações ambientais, cujo réu é a Companhia, e discutem principalmente, supostas irregularidades ambientais pela redução de vazão no leito do rio causando a mortandade de peixes e suposta destruição de floresta secundária em área de mata atlântica.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$4.000 (em 31 de dezembro de 2022 R\$11.752), representado por 38.442.852 ações ordinárias, e 2.135.646 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da Companhia da seguinte forma:

Acionistas	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
	Ações			Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	%	Ordinárias	Preferenciais	%
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	27.974.863	-	68,94%	27.974.863	-	68,94%
Parh Participações em Hidrelétricas S.A.	10.467.989	-	25,80%	10.467.989	-	25,80%
Guartela Energia SPE S.A.	-	2.135.646	5,26%	-	2.135.646	5,26%
Total	<u>38.442.852</u>	<u>2.135.646</u>	<u>100,00%</u>	<u>38.442.852</u>	<u>2.135.646</u>	<u>100,00%</u>

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia e fazem jus a dividendo especial, calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia.

Redução de capital

2023

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovada redução de capital da Companhia, no montante de R\$7.752, passando de R\$11.752 para R\$4.000, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A.. A quantia total da redução de capital social foi paga aos acionistas proporcionalmente à sua participação no capital social da Companhia.

2022

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 26 de setembro de 2022, foi aprovada redução de capital da Companhia, no montante de R\$8.000, passando de R\$19.752 para R\$11.752, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A.. A quantia total da redução de capital social foi paga aos acionistas proporcionalmente à sua participação no capital social da Companhia.

(b) Reservas

Reserva de capital

Constituída pelos sócios, em 2017, no valor de R\$10.000 com o objetivo principal de proteção ao empreendimento. Em 2020, foi aprovada a sua utilização, no valor de R\$7.100, para aumento de capital social. Em 2021, do saldo de R\$2.900 da reserva de capital, o montante de R\$1.747 foi utilizado para liquidação dos dividendos preferenciais. No exercício findo em 2022, a Companhia utilizou do saldo remanescente, R\$1.153 para compensação do saldo de prejuízo acumulado de anos anteriores.

	<u>31/12/2022</u>
Saldo em 31/12/2021	1.153
Compensação do prejuízo acumulado com reserva de capital	<u>(1.153)</u>
Saldo em 31/12/2022	<u><u>-</u></u>

Reservas de lucros(i) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 constituiu-se o valor de R\$582 (R\$124 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais (ações ordinárias)

O Estatuto Social determina que os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia têm direito a dividendo mínimo obrigatório anual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 12 de setembro de 2023 e 28 de março de 2023, foi realizada assembleia geral ordinária e extraordinária, que aprovou o pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos titulares de ações ordinárias, no valor de R\$2.511 em 2023 e R\$588 em 2022, bem como dividendos adicionais no valor de R\$326 em 2023 e R\$356 em 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
(=) Lucro líquido do exercício	11.638	6.726
(-) Compensação de prejuízo acumulado	-	(4.250)
(=) Lucro líquido do exercício pós compensação dos prejuízos acumulados	11.638	2.475
(-) Reserva Legal (5%)	(582)	(124)
(=) Base de cálculo dos dividendos	11.056	2.351
(=) Dividendos especiais preferenciais	1.802	1.407
(-) Dividendos especiais preferenciais pagos	917	-
(=) Dividendos especiais preferenciais a pagar	885	1.407
(=) Base de calculo dividendos ordinaristas	9.254	944
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (25%)	2.314	588
(-) Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório pagos	2.314	-
(=) Dividendos declarados imputados ao mínimo obrigatório a pagar	-	588
Dividendos propostos adicional	6.940	356
(-) Dividendos declarados propostos adicional pagos	523	-
(=) Dividendos propostos adicional a pagar	6.417	356
 (iii) <u>Dividendos a pagar</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		-
Dividendos preferenciais		1.747
Dividendos ordinários		1.995
Dividendos pagos		(1.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>1.995</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.995
Dividendos preferenciais		1.802
Dividendos ordinários		3.193
Dividendos pagos		(6.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u><u>885</u></u>

(iv) Dividendo Especial (ações preferenciais)

Conforme expresso no Acordo de Acionistas da Companhia, durante o período compreendido entre (i) o início da operação da UHE Tibagi Montante e (ii) a quitação do financiamento da Companhia, o titular das ações preferencias terá direito a um dividendo especial, prioritário e cumulativo, calculado com base nas regras dispostas no Acordo de Acionistas (“Dividendo Especial”).

Durante esse período, as ações preferencias não participarão da distribuição de qualquer montante remanescente do lucro da Companhia, de modo que não farão jus à distribuição de valores a título de dividendos que não seja o Dividendo Especial.

Nas atas de assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, realizadas em 12 de setembro de 2023 e 28 de março de 2023, foram aprovados os pagamentos dos dividendos especiais aos preferencialistas nos valores, respectivamente, de R\$917 e R\$1.407, enquanto em 2022 foi pago o montante de R\$1.747, fazendo uso dos valores mantidos na reserva de capital da Companhia.

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	<u>56.035</u>	<u>55.283</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS	(2.045)	(2.018)
Outras deduções	<u>(2.027)</u>	<u>(1.750)</u>
	(4.072)	(3.768)
Receita líquida	<u><u>51.963</u></u>	<u><u>51.515</u></u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depreciação e amortização	(6.571)	(5.617)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(4.524)	(4.276)
Pessoal e administradores	(2.952)	(3.312)
Manutenção	(582)	(721)
Serviços de terceiros	(474)	(893)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)	(1.157)	(1.120)
Seguros	(871)	(736)
Operação	(296)	(389)
Meio Ambiente	(85)	(222)
Tributos	(14)	(572)
Taxas setoriais	(17)	(16)
Aquisição de energia	(77)	(294)
Outras despesas, líquidas	(176)	(243)
Resultado na alienação de ativos	-	(840)
Total	<u><u>(17.796)</u></u>	<u><u>(19.251)</u></u>
Custo das vendas de energia	(15.265)	(15.197)
Outras despesas	(2.531)	(4.054)

- (i) **Repactuação do Risco Hidrológico:** prêmio pago mensalmente pela Companhia à CCEE, direcionado à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária (“CCRBT”), em virtude da repactuação do risco hidrológico pela Companhia, tendo como base o disposto no Termo de Repactuação do Risco Hidrológico – ACR firmado pela Companhia junto à ANEEL.

- (ii) Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (“EUSD”): encargo pago pela Companhia à distribuidora, na qualidade de geradora de energia, relativo uso do sistema de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Uso do Sistema De Distribuição (“CUSD”).

Remuneração aos Administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido o valor total de R\$465 (R\$658 em 31 de dezembro de 2022) a título de remuneração dos administradores da Companhia. Cumpre ressaltar que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo pagos pela Companhia aos seus administradores.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas financeiras:		
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	(23.434)	(26.174)
Custos de transação de debêntures	(641)	(641)
IOF s/ aplicação financeira	(27)	(31)
Ajuste a valor presente sobre compromissos futuros	(268)	(592)
Taxas de administração e manutenção	(221)	(155)
Outras despesas financeiras	(34)	(85)
Total	<u>(24.625)</u>	<u>(27.678)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.664	5.778
Atualização de depósito judicial	3	-
Outras receitas financeiras	85	8
Total	<u>5.752</u>	<u>5.786</u>
Total	<u>(18.873)</u>	<u>(21.892)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>
Receita Corrente	56.035	56.035	55.283	55.283
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	5.751	5.751	5.785	5.785
Outras receitas				
Base de cálculo	<u>10.234</u>	<u>12.475</u>	<u>10.208</u>	<u>12.419</u>

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(2.558)	(1.122)	(2.552)	(1.118)
Diferença de alíquota (*)	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.534)</u>	<u>(1.122)</u>	<u>(2.528)</u>	<u>(1.118)</u>

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 80% a 109% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6 e nº 7.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está exposta às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária das Debêntures.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade da Companhia realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. A Companhia mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto realizando o monitoramento contínuo das previsões das exigências de suas dívidas, bem como por meio da manutenção de saldos aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabela do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos da Companhia e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados da Companhia, tendo como base a data mais próxima na qual a Companhia possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	12	1.661	1.661	550	-	1.111
Debêntures (*)	13	244.203	408.735	11.994	12.575	384.166
Total		<u>245.864</u>	<u>410.396</u>	<u>12.544</u>	<u>12.575</u>	<u>385.277</u>

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures, conforme nota explicativa nº 13.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

Ativos financeiros	Nota	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalente de caixa	6	3.809	4.184
Aplicações financeiras	7	32.822	34.779
Conta Reserva	9	12.980	13.356
Contas a receber	8	7.832	6.956
Total		57.443	59.275
Passivos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	12	1.661	4.202
Debêntures	13	244.203	245.497
Outros passivos		658	768
Total		246.522	250.467

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro da Companhia, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2023, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo estabelecido nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia, conforme o caso. Exceto pelas debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$254.910 (R\$245.497 em 31 de dezembro de 2022), o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros da Companhia é próximo do seu valor contábil.

	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures - IPCA + 5,3231%a.a.	254.910	245.497

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2023 (fonte Boletim Focus datado de 29 de setembro de 2023) CDI (11,75%) e IPCA (4,46%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		31/12/2023	Risco			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.809	Baixa do CDI	448	336	224
Aplicação financeira	7	32.822	Baixa do CDI	3.857	2.892	1.928
Conta reserva	9	12.980	Baixa do CDI	1.525	1.144	763
Debêntures	13	244.203	Aumento do IPCA + 5,3231	(23.891)	(29.863)	(35.836)

Gestão do risco de capital

Considerando que a Companhia possui debêntures emitidas, está exposta ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição da Companhia a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, a Companhia monitora a dívida (Debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pela Companhia é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2022, são:

	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures (nota explicativa nº 13)	244.203	245.497
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva (nota explicativa nº 6, 7 e 9)	49.611	38.963
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	194.592	206.534
Total do patrimônio líquido	11.123	12.232
Total do capital (b)	205.715	218.766
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	95%	94%

22. COBERTURA DE SEGUROS

Seguro “Directors & Officers” (“D&O”)

A Companhia renovou a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2024, no montante de R\$70.000.

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 4 de outubro de 2024, para cobertura de indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 4 de outubro de 2023, com vigência até 04 de outubro de 2024, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$286.035.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do resultado do período atribuído aos titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão (i) do resultado atribuído aos detentores das ações ordinárias e preferenciais (ii) pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o período, somado ao número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em ações ordinárias e preferenciais.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do resultado por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado	11.638	6.726
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	38.443	38.443
Média ponderada das ações preferenciais disponíveis (em milhares)	2.136	2.136
Resultado por ação ordinárias básico e diluído - R\$	<u>0,256</u>	<u>0,138</u>
Resultado por ação preferenciais básico e diluído - R\$	<u>0,844</u>	<u>0,659</u>

O resultado por ação não se confunde diretamente com os dividendos, os quais possuem metodologia específica para o cálculo.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A seguir, são apresentadas as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(149)	(1.502)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	6	844
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.394)	(65)
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSRF	873	522

25. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 16 de fevereiro de 2024.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento
Conselheiro Presidente

Márcio Barata Diniz
Conselheiro

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor Presidente

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador Responsável

Braulio Rio Sá
CRC: MG 117577/O - 2
Contador